PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO

NOVA CONJUNTURA, NOVOS DESAFIOS

FELIPPE SERIGATI

Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

RAQUEL MAGOSSI RODRIGUES

Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) e pesquisadora do GV Agro – raquel.rodrigues@fgv.br

EM TEMPOS de conjuntura mais apertada, o espaço para equívocos e ineficiências é menor. Para os produtores, é necessário avaliar cuidadosamente sua estrutura de custos, melhorar a gestão da sua propriedade e ponderar quais estratégias realmente poderão fornecer um retorno razoável. Para os formuladores de políticas públicas, bem como para as entidades de classe, é necessário ter claro quais são os custos e benefícios de cada política e incentivar, sempre que possível, arranjos e soluções privadas.

A FGV Projetos tem realizado estudos tanto para o setor privado, quanto para o setor público para ajudá-los a superarem os desafios da conjuntura atual. Para o setor público, um planejamento agropecuário adequado é extremamente importante e estratégico. Permite buscar por soluções para questões sociais e econômicas ao direcionar corretamente os investimentos públicos e atrair capital privado, potencializando as aptidões do estado ou do município e aproveitando oportunidades ou minimizando efeitos negativos do mercado.

Após anos de grandes bonanças, os ventos para o agronegócio brasileiro perdem força e apontam novas direções. Embora o setor tenha conseguido aproveitar boa parte das oportunidades que emergiram desde a década passada, a nova conjuntura, tanto doméstica, quanto internacional, coloca novos desafios para todos: formula-



dores de políticas públicas, entidades de classe, representantes do setor, pesquisadores e, principalmente, produtores. Esta nova conjuntura traduz-se em um cenário que combina preços de *commodities* menores, custos de produção mais elevados, margens mais estreitas, crédito mais escasso e mais caro, maiores exigências ambientais e trabalhistas e desafios para a mudança do pacote tecnológico. Diante desse novo arranjo, quais são os desafios para cada um no nosso setor?

DESACELERAÇÃO: A NOVA FASE DO CICLO ATUAL

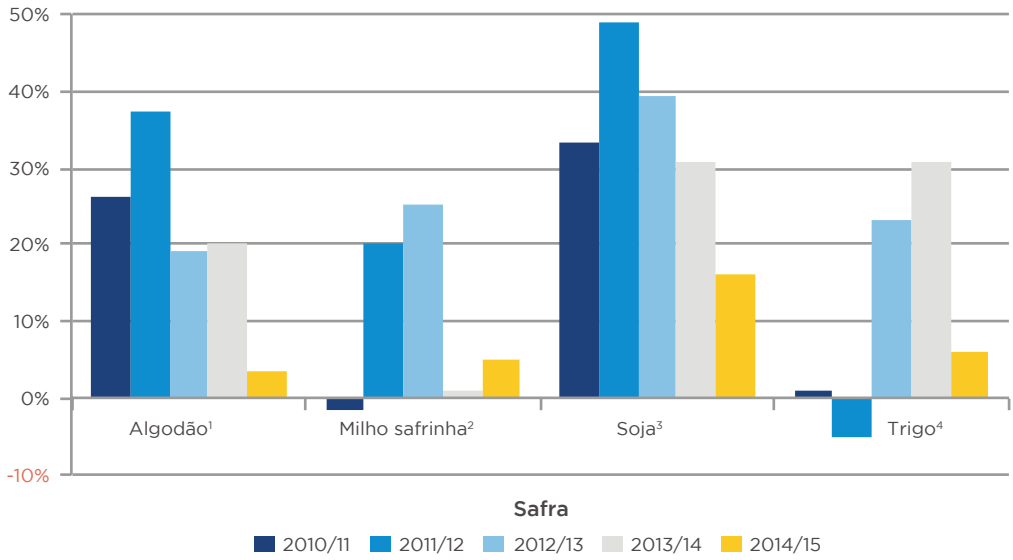
A economia, em geral, e os mercados de *commodities*, em particular, funcionam por ciclos: períodos de expansão são sucedidos por períodos de desaceleração, até que um novo ciclo tenha início. Enquanto, na fase de aceleração, a demanda cresce em um ritmo superior à oferta, empurrando os preços para cima; na fase subsequente, a oferta alcança a demanda e pressiona os preços para baixo. O agronegócio brasileiro conseguiu responder de forma muito favorável à fase de expansão do ciclo atual, que teve início em algum ponto entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000.

Todavia, há claros sinais de que a fase de expansão do ciclo atual já tenha ficado para trás. Embora o ponto de inflexão varie entre as *commodities*, o início da fase de desaceleração deu-se entre 2008 e 2012. Essa mudança afeta diretamente o agronegócio brasileiro, que, agora, terá que lidar com um cenário menos benigno:

- Menor ritmo de crescimento dos emergentes: as economias emergentes que cresce-



EVOLUÇÃO DAS MARGENS (LUCRO BRUTO/PREÇO RECEBIDO POR UNIDADE) NAS ÚLTIMAS QUATRO SAFRAS



1 No Mato Grosso; 2 em Sorriso-MT; 3 em Rondonópolis-MT; 4 no Paraná
Fonte: Agrianual/FNP

ram, em média, 6,1% a.a. entre 2002 e 2014 estão com perspectivas de crescer, em média, 4,8% a.a. entre 2015 e 2020;

- Preços em patamares menores: de acordo com as projeções do FMI, apenas carne de frango, açúcar no mercado norte-americano e cacau devem operar nas próximas duas safras com preços (em valores nominais!) superiores aos preços médios das últimas três safras;

- Custos com ajustes mais modestos: embora a queda nos preços das *commodities* seja praticamente generalizada, ela não é uniforme. Para os nossos produtores, é importante ter claro que a queda das cotações das *commodities* agrícolas tem sido mais intensa do que aquela observada entre os fertilizantes. Desde janeiro de 2014, enquanto os preços do primeiro grupo registraram uma contração de 15,3%, os do segundo grupo caíram 3,5%, de acordo com os números do Banco Mundial.

Internamente, o setor também deverá encontrar condições menos favoráveis do que nos últimos anos, como, por exemplo:

- O crédito no mercado estará mais caro: a taxa de juros básica da economia brasileira (taxa Selic) deverá operar acima de dois dígitos pelo menos até março de 2017 (o último período com projeção pela pesquisa Focus do Banco Central). Isso implica que todas as demais linhas de crédito ofertadas pelos bancos a partir de recursos livres estarão mais caras.

- O crédito oficial também deverá estar mais caro: com a elevação da taxa Selic, o custo para o Governo fornecer crédito a taxas inferiores àquelas praticadas no mercado também será maior. De acordo com os números do Tesouro Nacional, as despesas com equalização da taxa de juros do crédito agrícola, preços mínimos e Pronaf já consumiram R$ 5,8 bilhões neste ano (até julho), 251% a mais do que no mesmo período de 2014.

- Orçamento mais apertado: para complicar, estas despesas têm que ser acomodadas em um orçamento mais limitado. O Estado brasileiro, em seus diversos níveis (União, estados e municípios), está passando por uma crise fiscal complicada e estrutural.

- Elevação também dos custos de produção domésticos: apesar da queda das *commodities*, os custos de transporte já subiram fortemente no período. De acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o aumento acumulado no ano é de 7,4% para o óleo diesel e 4,5% para as tarifas de pedágio.

Diante desse cenário, não deveria ser surpresa que a margem (lucro bruto/preço recebido) tem ficado menor para diversas cadeias do agronegócio, afinal a economia e os mercados de *commodities* operam em ciclos, e, como já discutido, estamos operando na fase de desaceleração do ciclo atual. Todavia, se na fase de expansão, devido a uma conjuntura bastante favorável, o agronegócio brasileiro conseguiu avançar e levar emprego e renda para diversas regiões, mesmo que com uma infraestrutura ainda bastante deficitária e elevados custos de produção fora da porteira; agora, na fase de desaceleração, quais atividades ainda estão economicamente viáveis? Até que ponto elas permanecerão financeiramente sustentáveis? Em poucas palavras, se pudéssemos desenhar o mapa da vulnerabilidade do agronegócio brasileiro, em quais áreas e para quais produtos veríamos luzes amarelas e vermelhas?

DESAFIOS DA NOVA CONJUNTURA

Embora esta nova conjuntura não devesse ser surpresa, afinal a economia opera em ciclos, todos os agentes do agronegócio brasileiro têm que se preparar para os desafios adicionais:

- Para os produtores, é necessário ter claro que margens mais estreitas, além de implicar rentabilidade mais modesta, também significam que o espaço para acomodar ineficiências ficou menor. O agronegócio brasileiro avançou fortemente em termos técnicos, todavia, mesmo dentro da porteira, ainda há um espaço brutal para melhorar a gestão dos nossos produtores (gestão de custos e pessoas, captação de recursos, estratégia, posicionamento etc.).

- Para as entidades de classe que representam o setor, a atual conjuntura demandará novas estratégias. Afora os esforços por maior suporte financeiro do setor público, as entidades de classe deverão buscar arranjos privados para resolver divergências e conflitos entre os atores internamente nas suas respectivas cadeias. Além destes arranjos privados, deverão criar condições para facilitar a transferência de tecnologia e procedimentos de gestão e de mitigação de risco, também dentro das cadeias. Naturalmente, o papel e a importância das cooperativas devem ser reforçados.

- Para os formuladores de políticas públicas, é necessário ter em mãos análises da relação de custo-benefício das suas políticas em execução; dado que o orçamento estará mais estreito, a margem para acomodar equívocos nas políticas será menor. Na verdade, o ideal seria ter uma estimativa desta relação custo-benefício no momento da escolha das políticas a serem adotadas ou que esses estudos já fossem previstos na própria lei que implementasse cada política. Além de análises mais cuidadosas sobre cada política, os gestores públicos também deverão incentivar e dar suporte a estratégias que busquem soluções dentro das cadeias por meio de entendimentos e arranjos privados, como, por exemplo, o CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). ■